

Artigo Original de Pesquisa
Original Research Article

Prescrição de fitoterápicos na Odontologia

Prescription of herbal medicines in Dentistry

Alanna Perin Pagliosa¹
Leonice Idiane Lenz¹
Alice Ramos de Freitas Pereira¹
Gabriela Dagios Amadori¹
Denise Bianchin Gomes¹
Christiana Almeida Salvador Lima¹

Autor para correspondência:

Rua Benjamin Borges dos Santos, 1100 – Fraron
CEP 85503-350 – Pato Branco – PR – Brasil
E-mail: christiana.lima@unidep.edu.br

¹ Departamento de Odontologia, Centro Universitário de Pato Branco – Pato Branco – PR – Brasil.

Data de recebimento: 23 jun. 2025. Data de aceite: 27 jun. 2025.

Palavras-chave:

fitoterapia;
Odontologia;
prescrições de
medicamentos.

Resumo

Introdução: A fitoterapia tem se destacado como uma alternativa viável na Odontologia, oferecendo benefícios terapêuticos e menor toxicidade em comparação aos medicamentos convencionais. No entanto seu uso ainda é limitado, possivelmente em razão dos desafios na formação profissional e na disseminação de informações científicas sobre sua aplicação clínica. **Objetivo:** Analisar a familiaridade e a prática de prescrição de fitoterápicos entre cirurgiões-dentistas atuantes no sudoeste do Paraná. **Material e métodos:** Trata-se de uma pesquisa observacional, transversal, descritiva e quantitativa, conduzida por meio de um questionário *online* elaborado no Google Forms®. A coleta de dados seguiu a técnica de amostragem em bola de neve, abrangendo 49 profissionais cirurgiões-dentistas devidamente registrados no conselho de classe, independentemente da área de atuação clínica. **Resultados:** Os resultados destacam o potencial para a adoção de fitoterápicos na Odontologia, sobretudo graças à receptividade de 68% dos participantes, que demonstraram interesse em utilizá-los. Atualmente, a adesão à fitoterapia mostrou-se maior entre profissionais com mais tempo de formação e titulação acadêmica mais elevada. As principais barreiras para seu uso incluíram a escassez de evidências científicas consolidadas e divulgação sobre as regulamentações e os benefícios do uso de fitoterápicos na Odontologia. **Conclusão:** Para implementação regular nos consultórios odontológicos, faz-se necessário fomentar a pesquisa e políticas públicas, acompanhadas de capacitação continuada.

Keywords:

phytotherapy;
Dentistry; drug
prescriptions.

Abstract

Introduction: Phytotherapy has emerged as a viable alternative in Dentistry, offering therapeutic benefits and lower toxicity compared to conventional medications. However, its use remains limited, possibly due to challenges in professional training and the dissemination of scientific information regarding its clinical application. **Objective:** This study aimed to analyze the familiarity with and prescription practices of herbal medicines among dentists working in the southwest region of Paraná, Brazil. **Material and methods:** This is an observational, cross-sectional, descriptive, and quantitative study, conducted through an online questionnaire developed using Google Forms®. Data collection followed the snowball sampling technique, encompassing 49 licensed dental professionals, regardless of their clinical specialty. **Results:** The results highlight the potential for the adoption of herbal medicines in Dentistry, especially due to the receptiveness of 68% of the participants, who showed interest in using them. Currently, adherence to herbal medicine has been shown to be higher among professionals with more time since graduation and higher academic qualifications. The main barriers to its use included the lack of consolidated scientific evidence and dissemination of regulations and the benefits of using herbal medicines in Dentistry. **Conclusion:** For regular implementation in dental practices, it is necessary to promote research and public policies, accompanied by ongoing training.

Introdução

As plantas sempre desempenharam um papel central na vida cotidiana da sociedade, sendo utilizadas como alimentos e remédios para diversos males. Nos últimos tempos o interesse por terapias naturais tem crescido significativamente, sobretudo pela fitoterapia, que apresenta vantagens como baixo custo e eficácia na promoção da saúde [14]. Medicamentos à base de plantas consistem em compostos derivados de materiais vegetais, preparados farmacêuticos e produtos finalizados que usam componentes das plantas como ingredientes ativos. Na farmacopeia brasileira, esses medicamentos são classificados em categorias como drogas vegetais, fitoterápicos e matéria-prima vegetal [14].

Isso posto, a fitoterapia está se tornando cada vez mais relevante na área odontológica, graças à oferta de produtos naturais que possuem alta eficácia terapêutica, menor toxicidade e uma melhor compatibilidade com o organismo, tudo isso respaldado por evidências científicas [9]. Em comparação com os medicamentos tradicionais, os produtos fitoterápicos também são mais acessíveis financeiramente, o que os torna uma opção interessante para o tratamento de problemas bucais [20].

No contexto das práticas integrativas e complementares, a fitoterapia é compreendida como uma forma terapêutica que emprega plantas medicinais em diversas apresentações farmacêuticas, sem utilizar substâncias ativas isoladas, mesmo que sejam de origem vegetal [3, 4]. Ainda, a fitoterapia tem a vantagem de apresentar baixo custo no processo da promoção da saúde, condizente com o momento atual da humanização da relação profissional/paciente, tanto nas políticas públicas como nas ações sociais.

A permissão para a prescrição de fitoterápicos na Odontologia foi regulamentada pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO) em 2008, permitindo sua utilização como parte das práticas integrativas e terapias complementares à saúde bucal [4, 16]. Essa regulamentação possibilitou a criação da habilitação em fitoterapia, ampliando as alternativas terapêuticas na Odontologia [1, 4].

Embora os fitoterápicos apresentem um grande potencial na Odontologia, seu uso ainda é limitado. Além disso, pesquisas indicam que menos de 1% das espécies vegetais conhecidas foram analisadas quanto às suas propriedades farmacológicas, evidenciando um vasto campo para estudos e inovações [20]. Diante do cenário aqui exposto, este estudo propõe uma análise sobre conhecimento e experiência na aplicação prática dos fitoterápicos

na Odontologia, de modo a destacar seu papel como alternativa complementar no tratamento bucal e sua relevância para a ampliação das opções terapêuticas na área.

Material e métodos

Trata-se de um estudo observacional transversal, descritivo, de caráter quantitativo. A presente pesquisa segue as normas da Resolução n.º 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e recebeu aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade Educacional de Pato Branco Ltda. (Fadep), com número de protocolo CAAE 81211124.8.0000.9727.

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, envolvendo observação, registro, análise, classificação e interpretação dos eventos investigados. Adotou-se uma abordagem metodológica mista, combinando técnicas quantitativas e qualitativas. Os dados numéricos coletados foram processados e analisados estatisticamente, enquanto os aspectos qualitativos foram explorados para abranger a frequência de uso, os padrões de prescrição e a familiaridade dos profissionais com o emprego de fitoterápicos na prática clínica.

O recrutamento seguiu a metodologia bola de neve, com professores do curso de Odontologia do Centro Universitário de Pato Branco como pontos de partida. Na técnica bola de neve, o pesquisador estipula as características dos participantes da investigação iniciais da entrevista e, na sequência, solicita que estes encaminhem a pesquisa a outras pessoas do mesmo público-alvo. Por conseguinte, a amostra foi autoproduzida, com a participação voluntária dos entrevistados.

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário autoaplicável, composto por 17 questões, disponibilizado *online* por meio do Google Forms®.

Após os participantes responderem às questões, disponibilizou-se uma cartilha digital, desenvolvida pelos autores, que descreve alguns exemplos de prescrição de fitoterápicos e seus devidos fins.

Em seguida, fez-se uma análise estatística descritiva de natureza quantitativa, utilizando o *software* Microsoft Office Excel, para a organização e exploração dos dados. Ainda, para verificar as prováveis associações entre as variáveis encontradas,

recorreu-se aos testes estatísticos Qui-Quadrado e Teste t de Student® ou Mann-Whitney®.

Resultados

A amostra consistiu em 49 cirurgiões-dentistas da região sudoeste do Paraná, da rede pública e particular, devidamente registrados no conselho de classe. Os profissionais foram abordados por meio de mensagens de WhatsApp®, seguindo a metodologia bola de neve, e sua colaboração foi por livre escolha de participar ou não.

Um total de 49 profissionais, cirurgiões-dentistas, respondeu ao questionário, sendo 34 mulheres (69,4%) e 15 homens (30,6%). Dos que prescrevem fitoterápicos, 75% são do gênero feminino. No cálculo do qui-quadrado, obteve-se um valor aproximado de $p=0,36$, não sendo estatisticamente significativo (tabela I).

Quando avaliados em relação ao tempo de formação e à prescrição de fitoterápicos, os dados mostram que há uma variação nas taxas de prescrição de fitoterápicos conforme o tempo de graduação, embora não significativo (tabela I). Profissionais com menos tempo de formação tendem a prescrever menos fitoterápicos.

Dos participantes, 38,8% possuem especialização, 26,8% têm mestrado e 8,2% fizeram doutorado. Observou-se que 16,3% dos respondentes não possuem nenhuma formação complementar. Em relação ao embasamento em fitoterapia durante a formação, 77,5% afirmaram não ter recebido orientação sobre o tema, enquanto 22,4% relataram ter tido contato com o assunto; destes, 10,2% adquiriram tal conhecimento durante a especialização (tabela I).

Em relação ao local de atuação, a maioria dos profissionais trabalha exclusivamente no setor privado (57,1%), enquanto 30,6% atuam em ambos os setores (público e privado) e apenas 12,2% atuam exclusivamente no setor público. Profissionais que atuam nos dois serviços (público e privado) são os que mais prescrevem fitoterápicos (40%). Aqueles que trabalham exclusivamente no serviço público também têm uma taxa relativamente alta de prescrição (33,33%), conforme descrito a seguir (tabela I).

Tabela I - Perfil dos participantes quanto a gênero, tempo de graduação, área de atuação e tipo de serviço

| Variável | | Prescreve fitoterápicos | Não prescreve fitoterápicos |
|---------------------------|------------------------|--------------------------------|------------------------------------|
| Sexo | Feminino | 66,67% | 75% |
| | Masculino | 33,33% | 25% |
| Tempo de graduação | Até 4 anos | 21,43% | 78,57% |
| | 5 a 10 anos | 30,77% | 69,23% |
| | 11 a 16 anos | 33,33% | 66,67% |
| | 17 a 22 anos | 66,67% | 33,33% |
| | 23 a 28 anos | 75% | 25% |
| | 29 mais | 22,22% | 77,78% |
| Área de atuação | Odontopediatria | 40% | 60% |
| | Endodontia | 35% | 65% |
| | Implantodontia | 30% | 70% |
| | Ortodontia | 25% | 75% |
| | Clínica Geral | 20% | 80% |
| Tipo de serviço | Privado exclusivamente | 28,57% | 71,43% |
| | Público exclusivamente | 33,33% | 66,67% |
| | Público e privado | 40% | 60% |

A maioria tem até 10 anos de formado, o que representa 55,1% dos participantes, em que 65,3% são formados em instituições privadas e 34,7% em públicas. A distribuição dos participantes de acordo com o tipo de instituição de formação (pública ou privada) e o tempo de graduação constam da tabela II.

Tabela II - Perfil dos participantes quanto ao tipo de instituição e tempo de formação

| Instituição | Até 4 anos | 5-10 anos | 11-16 anos | 17-22 anos | 23-28 anos | 29 mais |
|--------------------|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|----------------|
| Privada | 100% | 53,85% | 66,67% | 33,33% | 75% | 33,33% |
| Pública | 0% | 46,15% | 33,33% | 66,67% | 25% | 66,67% |

Todos os profissionais com menos de quatro anos de formado estudaram em instituições privadas, enquanto a presença de graduados de instituições públicas aumenta entre os mais antigos.

Quanto à Portaria MS/GM n.º 971/2006, que regulamenta a fitoterapia no Sistema Único de Saúde (SUS), 65,3% dos participantes afirmaram conhecer o documento; 34,7% não tinham conhecimento sobre ele. Entre os profissionais que prescrevem fitoterápicos, a maioria (68,75%) conhece a Resolução CFO-82/2008. A análise revelou que o conhecimento da Resolução CFO-82/2008 está significativamente associado a uma maior frequência na prescrição de fitoterápicos, com uma diferença estatisticamente significativa ($p < 0,01$), conforme apresentado a seguir (tabela III). A associação entre o tipo de instituição, o conhecimento da resolução e a prescrição de fitoterápicos está na tabela IV.

Tabela III - Relação entre o conhecimento da Resolução CFO-82/2008 e a prescrição de fitoterápicos

| Conhece a Resolução CFO-82/2008? | Sim, prescreve (%) | Não prescreve (%) |
|-----------------------------------------|---------------------------|--------------------------|
| Sim - 63,64% | 68,75% | 65,31% |
| Não - 36,36% | 31,25% | 34,69% |

Tabela IV - Associação entre instituição de formação, conhecimento da Resolução CFO-82/2008 e prescrição de fitoterápicos

| Instituição | Conhece a Resolução CFO-82/2008? | Não prescreve (%) | Sim, prescreve (%) |
|-------------|----------------------------------|-------------------|--------------------|
| Privada | Não | 70% | 30% |
| Privada | Sim | 72,73% | 27,27% |
| Pública | Não | 71,43% | 28,57% |
| Pública | Sim | 50% | 50% |

Os princípios ativos mais citados pelos profissionais que prescrevem foram: malva, própolis, camomila, passiflora, cannabis, chás de ervas medicinais (figura 1).

No questionário, grande parte indicou que acreditava não existir embasamento científico que justificasse o uso de fitoterápicos, sendo esse o principal fator que dificulta a inserção de plantas medicinais na Odontologia.



Figura 1 - Princípios ativos citados pelos participantes

Discussão

O presente estudo teve como objetivo investigar a prescrição de fitoterápicos na Odontologia. Os resultados obtidos indicam que 77,5% dos cirurgiões-dentistas participantes não receberam embasamento teórico sobre fitoterapia durante sua formação acadêmica, e uma parcela reduzida relatou a prescrição de fitoterápicos em sua prática clínica. Embora exista habilitação em fitoterapia, esta não está incluída na formação curricular obrigatória. No entanto pode ser oferecida como disciplina eletiva ou em projetos de extensão. Contudo nota-se que 66% dos profissionais se mostram receptivos à adoção dessa terapia, considerando-a viável para os tratamentos.

Conforme demonstrado anteriormente (tabela I), dentre os 49 cirurgiões-dentistas, 34 são do gênero feminino e 15 do masculino; a maior parte tem até 10 anos de formação. No Brasil, dados indicam que o gênero feminino constitui a maioria dos estudantes de ensino superior em diversas áreas, inclusive na Odontologia, área na qual há um aumento significativo da participação feminina nos últimos anos [5].

Os resultados indicam que grande parte dos profissionais atua no setor privado, com 57,1%. Além disso, 30,6% desses profissionais atendem tanto no setor privado como no público.

Profissionais que atuam no setor público apresentam maior probabilidade de prescrever

fitoterápicos, pois estratégias para a manutenção e o fortalecimento das promoções de fitoterapia no SUS são frequentemente abordadas em estudos que relatam a efetividade do uso de plantas medicinais e fitoterápicos [17].

As instituições de formação dos cirurgiões-dentistas foram apresentadas anteriormente (tabela II). A maioria obteve sua formação em instituições privadas (65,3%); 38,8% possuem especialização, 26,8% têm mestrado e 8,2% fizeram doutorado. Os dados refletem a tendência predominante no Brasil, em que as instituições privadas representam 75% da oferta de cursos de Odontologia [18].

Os dados revelam uma percepção generalizada de falta de embasamento científico entre os profissionais no que diz respeito à prescrição de fitoterápicos. Dos profissionais, 77,5% confessaram não ter recebido nenhuma formação sobre fitoterapia durante a graduação. Em contraste, apenas 22,4% relataram ter tido algum tipo de aprendizado sobre o assunto; 10,2% destes adquiriram tal conhecimento exclusivamente em cursos de especialização. Essa lacuna educacional evidencia a necessidade de capacitação contínua dos profissionais de Odontologia, uma vez que a ausência de formação adequada impede a adoção de práticas terapêuticas, como a prescrição de fitoterápicos [13]. Nesse contexto, autores [7] sugerem que uma possível solução seria a inclusão da fitoterapia como disciplina obrigatória no currículo acadêmico, além da criação de programas de extensão sobre o tema, para promover a integração dessa prática no âmbito da Odontologia.

Uma avaliação [13] sobre a inclusão do componente curricular de fitoterapia nos cursos de Odontologia do Nordeste verificou que apenas 5,8% das instituições oferecem o conteúdo como uma disciplina específica. O contato acadêmico sobre o tema é, em geral, superficial e não ocorre por meio de um ensino estruturado, o que resulta em um conhecimento profissional que frequentemente se baseia na cultura popular e em interesses individuais dos profissionais que buscam se especializar na área. Essa lacuna no currículo acadêmico destaca a necessidade de uma abordagem mais sistemática e aprofundada da fitoterapia nos cursos de Odontologia.

Entre os 49 cirurgiões-dentistas participantes do presente estudo, 89,8% consideram viável a prescrição de fitoterápicos na Odontologia. No entanto apenas 32,7% disseram prescrever fitoterápicos de forma regular. Segundo Ferreira [8], a maior parte dos profissionais de Odontologia não se sente adequadamente capacitada para prescrever

fitoterápicos, assim como os profissionais que mais prescrevem são os que atuam em unidades de saúde básicas. Esses dados destacam a demanda por estudos mais aprofundados sobre a prescrição de fitoterápicos na Odontologia, especialmente considerando que sua implementação não se limita a uma nova abordagem terapêutica, mas também oferece benefícios como a participação comunitária, a maior acessibilidade aos cuidados e o resgate de saberes tradicionais [19].

Grande parte dos participantes relatou conhecer a Resolução CFO 82/2008, que trata da fitoterapia na Odontologia. Acerca da Portaria MS/GM 971/2006, que regula a fitoterapia no SUS, 65,3% dos entrevistados declararam conhecê-la.

Em relação aos fitoterápicos prescritos na Odontologia e mencionados neste estudo pelos cirurgiões-dentistas (figura 1), os produtos descritos são demonstrados a seguir:

- *Malva (Malva sylvestris)*: utilizada para bochechos, a malva possui propriedades anti-inflamatórias, calmantes, expectorantes, emolientes e antimicrobianas. Na Odontologia é usada como antisséptico bucal, empregada em bochechos pós-exodontia, na prevenção e no controle do biofilme oral e da cárie dentária [2, 11];
- *Própolis (Apis mellifera)*: o extrato de própolis sem álcool é amplamente utilizado e apresenta propriedades antibacterianas, antifúngicas, antivirais, imunoestimulantes, antitumorais e cicatrizantes [6]. É altamente eficaz no tratamento de úlceras aftosas, candidíase, gengivite, periodontite, entre outras condições bucais [1];
- *Camomila (Matricaria chamomilla)*: reconhecida pelas suas propriedades antimicrobianas, anti-inflamatórias e antioxidantes [21]. É uma planta importante aliada ao tratamento de aftas, processos inflamatórios e gengivites [12];
- *Maracujá (Passiflora)*: frequentemente associada ao tratamento de bruxismo, a *passiflora* é considerada uma das preferidas na categoria de ansiolíticos naturais graças aos seus efeitos calmantes [12]. Uma opção natural para a redução da ansiedade durante o tratamento odontológico, sendo caracterizada como eficaz e segura, com menor risco de efeitos colaterais e sem potencial de dependência [10];
- *Cannabis (Cannabis)*: mencionada na pesquisa como uma opção fitoterápica na Odontologia, ainda que seu emprego seja mais restrito e com regulamentações específicas. Apresenta baixo risco de uso e seus derivados têm efeitos

analgésicos, ansiolíticos, antimicrobianos e anti-inflamatórios, sendo uma alternativa viável no tratamento de doenças bucais [15].

Em relação aos fatores que dificultam a inclusão das plantas medicinais e/ou fitoterápicos na prática odontológica, a maior parte dos participantes (aproximadamente 60%) indicou a ausência de embasamento científico que respalde seu uso na Odontologia.

Os resultados deste estudo evidenciam a necessidade de reorientação da formação acadêmica e atualização contínua dos profissionais de Odontologia, com o objetivo de aprimorar sua qualificação no uso da fitoterapia, conforme as diretrizes estabelecidas pelas políticas de saúde atuais.

Os resultados destacam o potencial para a inserção de fitoterápicos na Odontologia, especialmente em razão da receptividade de 66% dos cirurgiões-dentistas participantes, que demonstraram interesse em utilizá-los. Tal interesse é particularmente forte em especialidades como Odontopediatria e Endodontia, em que fitoterápicos como malva e própolis são muitas vezes prescritos em virtude de suas propriedades anti-inflamatórias e antimicrobianas, respectivamente. A demanda por alternativas de baixo custo, sobretudo em populações vulneráveis, reforça a relevância social dessa abordagem terapêutica, que pode oferecer opções acessíveis e eficazes para o tratamento odontológico.

Embora a fitoterapia tenha um grande potencial transformador na prática odontológica, a escassez de evidências científicas padronizadas sobre seu uso impede uma adoção mais ampla da prática. Isso reforça a necessidade de mais estudos clínicos controlados e padronizados, essenciais para tornar a fitoterapia mais consistente, segura e eficaz, oferecendo alternativas de baixo custo e com benefícios comprovados para a população [16].

Conclusão

Entre as barreiras para prescrição da fitoterapia na Odontologia estão escassez de evidência científica na área, necessidade de ações mais eficazes de comunicação e atualização contínua para garantir que todos os cirurgiões-dentistas estejam informados sobre as regulamentações e os benefícios do uso de fitoterápicos.

Sugere-se a reestruturação curricular, com a inserção de disciplinas obrigatórias sobre fitoterapia aplicada, essencial para garantir que os futuros profissionais estejam preparados para

prescrever fitoterápicos com base em evidências científicas, integrando teoria farmacobotânica com prática clínica. Porém é imprescindível fomentar a pesquisa, com a priorização de ensaios clínicos randomizados que avaliem a eficácia, as dosagens e as interações medicamentosas de fitoterápicos no contexto odontológico. Por fim, políticas públicas, como a integração de fitoterápicos ao SUS-Odonto, acompanhadas de capacitação continuada por meio de programas como o Telessaúde®, são fundamentais para garantir o acesso e a implementação adequada da prática.

O impacto esperado dessas ações seria significativo em três níveis. Para a clínica, a maior utilização de fitoterápicos poderia resultar em uma redução do uso indiscriminado de antibióticos e anti-inflamatórios sintéticos, diminuindo os riscos de efeitos colaterais adversos. Para a formação profissional, os graduandos estariam mais preparados para prescrever fitoterápicos com segurança, alinhados aos princípios da medicina baseada em evidências. Para a população, a ampliação do acesso a terapias complementares poderia contribuir para a integração das práticas odontológicas com o SUS, promovendo uma abordagem mais holística e acessível no cuidado da saúde bucal.

Referências

1. Aguiar MASDD. Aplicações de própolis na Odontologia: revisão narrativa [Monografia]. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia; 2025. Available from: URL:<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/45232>.
2. Bohneberger G, Machado MA, Debiassi MM, Dirschnabel AJ, Ramos GO. Fitoterápicos na Odontologia, quando podemos utilizá-los? *Braz J Hea Rev.* 2019;2(4):3504-17. DOI: <https://doi.org/10.34119/bjhrv2n4-114>.
3. Brasil. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS – PNPIC-SUS. Brasília: Ministério da Saúde; 2006. Available from: URL:<https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/npnic.pdf>.
4. Conselho Federal de Odontologia. Resolução CFO n. 82, de 25 de setembro de 2008. Regulamenta a atuação do cirurgião-dentista nas práticas integrativas e complementares. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Odontologia; 2008. Available from: URL:<https://sistemas.cfo.org.br/visualizar/atos/RESOLU%C3%87%C3%83O/SEC/2008/82>.

5. Costa SM, Durães SJA, Abreu MHNG. Feminização do curso de Odontologia da Universidade Estadual de Montes Claros. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2010;15(suppl 1):1865-73. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000700100>.
6. Domingues JJ, Oliveira LTA, Costa MDMA, Silva LAM, Nascimento F, Dietrich L. Uso de fitoterápicos e demais componentes vegetais e minerais na fabricação de produtos odontológicos naturais: revisão de literatura. *RSD*. 2021;10(3):1-10. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i3.13678>.
7. Evangelista SS, Sampaio FC, Parente RC, Bandeira MFCL. Fitoterápicos na Odontologia: estudo etnobotânico na cidade de Manaus. *Rev Bras Plantas Medicinai*s. 2013;15(4):513-9. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1516-05722013000400007>.
8. Ferreira PSA. Adesão dos dentistas do Sistema Único de Saúde à prescrição de plantas medicinais/fitoterápicos: um estudo observacional [Dissertação]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais; 2023. Available from: URL:<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/62996>.
9. Gomes MS, Mendonça AKP, Cordeiro TO, Barbosa MM. Uso de plantas medicinais na Odontologia: uma revisão integrativa. *Rev Ciência Saúde Nova Esperança*. 2020;18(2):118-26. DOI: <http://dx.doi.org/10.17695/revcsnevol18n2p118-126>.
10. Guimarães LFC, Lorentz BCS, Paiva DFF, Rodrigues MR. Avaliação de efetividade terapêutica da *Passiflora incarnata* na redução da ansiedade durante o tratamento odontológico. *RMNM*. 2023;12(1):1-15. DOI: <https://doi.org/10.61164/rmm.v12i1.1717>.
11. Ideslfonso Junior J, Monteiro ÁB. Plantas medicinais e fitoterápicos úteis na Odontologia clínica: uma revisão. *RFO*. 2021;50(1):47-56. DOI: <https://doi.org/10.9771/revfo.v50i1.37116>.
12. Meccatti VM, Ribeiro MCM, Oliveira LD. Os benefícios da fitoterapia na Odontologia. *RSD*. 2022;11(3):1-10. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i3.27050>.
13. Medeiros JP, Alencar JAS, Tavares AHS, Castro DLS, Cipriano OB, Penha ES et al. Análise da oferta da disciplina de fitoterapia nos cursos de Odontologia do nordeste brasileiro. *Arch Health Invest*. 2021;10(6):960-4. DOI: <https://doi.org/10.21270/archi.v10i6.5032>.
14. Monteiro MHDA, Fraga SAPM. Fitoterapia na Odontologia: levantamento dos principais produtos de origem vegetal para saúde bucal. *Rev Fitos*. 2015;9(4):265-8. DOI: <https://doi.org/10.5935/2446-4775.20150021>.
15. Pereira EM, Teixeira GB. O uso terapêutico da cannabis na Odontologia. *REASE*. 2023;9(10):5201-15. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v9i10.12091>.
16. Pinto LM, Sousa MLP, Piardi CC. Aplicação de práticas integrativas e complementares na Odontologia. *Salusvita*. 2020;39(3):903-24. Available from: URL:https://secure.unisagrado.edu.br/static/biblioteca/salusvita/salusvita_v39_n3_2020/salusvita_v39_n3_2020_art_17.pdf.
17. Ribeiro LHL. Análise dos programas de plantas medicinais e fitoterápicos no Sistema Único de Saúde (SUS) sob a perspectiva territorial. *Ciênc Saúde Colet*. 2019;24(5):1733-42. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018245.15842017>.
18. San Martin AS, Chisini LA, Martelli S, Sartori LRM, Ramos EC, Demarco FF. Distribuição dos cursos de Odontologia e de cirurgões-dentistas no Brasil: uma visão do mercado de trabalho. *Rev Abeno*. 2018;18(1):63-73. DOI: <https://doi.org/10.30979/rev.abeno.v18i1.399>.
19. Silva JMD, Verçosa BMG, Nobre FC, Azevedo LM, Silva MLT, Belo ZS et al. Utilização de fitoterápicos na Odontologia: revisão integrativa. *RSD*. 2020;9(8):1-17. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5370>.
20. Singer L, Bourauel C. Herbalism and glass-based materials in dentistry: review of the current state of the art. *J Mater Sci: Mater Med*. 2023;34(60):1-15. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10856-023-06764-w>.
21. Sousa TJD, Araujo LKO, Lima Filho ACM, Gonçalves CA, Freitas MS, Ribeiro MRG et al. O uso de plantas medicinais em infecções bucais: uma alternativa eficaz. *REAS*. 2021;13(4):1-7. DOI: <https://doi.org/10.25248/REAS.e6880.2021>.